

LEI ORDINÁRIA Nº 1.862, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025

“Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Transporte Universitário em Lajinha – MG, estabelece critérios para a concessão do benefício e dá outras providências”.

O Prefeito do Município de Lajinha, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 53 c/c art. 70, inciso III, ambos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado, no âmbito do Município de Lajinha, o Programa Municipal de Transporte Universitário, com o objetivo de custear ou subsidiar o deslocamento de estudantes residentes no município para instituições de ensino superior e técnico, localizadas fora dos limites territoriais de Lajinha.

Art. 2º. O programa de que trata esta Lei tem como objetivos específicos:

- I – facilitar o acesso e a permanência de estudantes de Lajinha em cursos de graduação e técnico de nível superior ou pós-médio;
- II – contribuir para a redução da evasão escolar no ensino superior, causada por dificuldades financeiras relacionadas ao transporte;
- III – promover a inclusão social e a igualdade de oportunidades educacionais para jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica;
- IV – estimular o desenvolvimento educacional e a qualificação profissional da população de Lajinha.

Art. 3º. São considerados beneficiários do programa os estudantes que preencham, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I – ser residente e domiciliado no Município de Lajinha por, no mínimo, 02 (dois) anos ininterruptos imediatamente anteriores à data de solicitação do benefício;
- II – estar regularmente matriculado em curso de graduação, técnico de nível superior ou pós-médio, em instituição de ensino devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) ou pelos Conselhos Estaduais de Educação;
- III – não possuir curso de graduação ou técnico de nível superior ou pós-médio concluído, salvo em casos de comprovada busca por uma segunda formação em área distinta que justifique o benefício;

IV – comprovar frequência e bom desempenho acadêmico, conforme critérios a serem estabelecidos no Decreto Regulamentador;

Art. 4º. A seleção dos beneficiários será realizada anualmente, ou semestralmente, por intermédio de edital público, e obedecerá aos seguintes critérios de prioridade:

- I – estudantes matriculados em cursos de primeira graduação ou nível técnico;
- II – maior distância entre o local de residência e a instituição de ensino;
- III – estudantes que não possuam outro meio de transporte público ou particular adequado para o deslocamento diário;
- IV – estudantes com deficiência, nos termos da Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Parágrafo único. O processo seletivo deverá ser transparente e amplamente divulgado, garantindo a igualdade de condições a todos os candidatos.

Art. 5º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênios, contratos ou termos de parceria com empresas de transporte rodoviário, cooperativas, associações de estudantes ou outras entidades para a operacionalização do programa, observando-se a legislação pertinente.

Parágrafo único. Compete ao Poder Executivo Municipal:

- I – elaborar e publicar os editais de seleção;
- II – gerenciar e fiscalizar a execução do programa;
- III – definir as rotas e horários de transporte, buscando otimizar o atendimento aos beneficiários;
- IV – zelar pela segurança e pela qualidade dos veículos e do serviço prestado;
- V – designar o órgão ou departamento responsável pela gestão do Programa.

Art. 6º. São obrigações dos beneficiários do programa:

- I – apresentar a documentação exigida no edital de seleção e mantê-la atualizada;
- II – comparecer às aulas e atividades acadêmicas regularmente, conforme exigência da instituição de ensino;
- III – zelar pelo bom uso do transporte e respeitar as normas de convivência;
- IV – comunicar imediatamente à administração do programa qualquer alteração em sua situação acadêmica ou socioeconômica que possa implicar na perda do benefício.

Art. 7º. O benefício do transporte universitário será concedido por período letivo ou anual, devendo ser renovado mediante comprovação da manutenção dos requisitos e critérios de elegibilidade.

Art. 8º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, observada a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Município.

Art. 9º. O benefício do programa poderá ser suspenso ou revogado a qualquer tempo, caso o beneficiário:

- I – deixe de preencher os requisitos estabelecidos nesta Lei e em seu regulamento;
- II – apresente documentação falsa ou informações inverídicas;
- III – tenha comportamento inadequado ou desrespeitoso durante o transporte;
- IV – abandone o curso ou seja desligado da instituição de ensino.

Art. 10. O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação, estabelecendo os procedimentos detalhados para a inscrição, seleção, acompanhamento, fiscalização e demais atos necessários à plena execução do Programa.

Art. 11. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Excelentíssimo Prefeito do Município de Lajinha/MG, aos dezanove dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco (19/11/2025).

RENATO
CARDOSO DE
LAIA:00171777662

Assinado de forma digital
por RENATO CARDOSO DE
LAIA:00171777662
Dados: 2025.11.19
09:06:06 -03'00'

RENATO CARDOSO DE LAIA

Prefeito de Lajinha/MG